

POLÍTICA

politica@correiodoestado.com.br

PREVIDÊNCIA ESTADUAL

Azambuja refaz reforma para acabar com rombo bilionário

Governador terá de mudar projeto depois de Temer repassar caso aos Estados

GABRIELA COUTO E
ADILSON TRINDADE

A decisão do presidente Michel Temer (PMDB) de passar para os estados e municípios a responsabilidade de promover as mudanças na Previdência Social dos seus servidores levou o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) a refazer o projeto de lei complementar para equilibrar as finanças previdenciárias de Mato Grosso do Sul. Do jeito que está, advertiu o governador, o Estado quebra, porque ficará sem dinheiro para pagar os aposentados e pensionistas, como já vem ocorrendo no Rio de Janeiro.

Azambuja estava concluindo proposta para ser encaminhada até o fim do mês à Assembleia Legislativa, tendo por base o estudo da reforma da Previdência do governo federal. Agora, terá de aprofundar as mudanças das regras com a decisão de Temer sobre não dividir o ônus com os Estados e municípios.

O texto em formatação estava previsto para a apreciação dos deputados estaduais no mês que vem, agora fica sem prazo fixo. O governador deverá manter a ideia de aumentar a contribuição do servidor e estabelecer teto para

Saiba

Deficit de R\$ 151 bi na federal

Em 2016, a Previdência Social federal registrou um deficit de R\$ 151,9 bilhões, crescimento de 59,7% em relação a 2015.

Previdência Complementar.

“O projeto estava pronto na questão das mudanças que nós entendemos necessárias para o equilíbrio da Previdência Estadual, respeitando o regramento geral que estava sendo tratado no contexto em nível da PEC discutida no âmbito federal”, comentou o governador. “Ontem (terça-feira), com a questão do presidente de remeter aos estados até o regramento da aposentadoria e de contribuição, vamos ter de fazer um novo estudo dessa reforma”, explicou Azambuja.

Segundo o tucano, o anúncio muda toda a estratégia dos Estados. “Já vinha com uma estratégia montada de aumento no valor de contribuição, aposentadoria complementar, mas não tínhamos fechado ainda”, ressaltou Azambuja. “Embora o cálculo atuarial



EXPLANAÇÃO. Monteiro e Azambuja falam sobre as dificuldades de pagar a Previdência Estadual

estava pronto para dar o tamanho disso. Agora ampliou mais a discussão, como questão de tempo de contribuição, idade para aposentadoria, entre outras coisas que não estavam no estudo que vínhamos fazendo nesse primeiro momento. Então vamos ter de mudar e vai demorar um pouco mais”, assinalou.

Até então o tucano discutia com sua equipe o tempo de contribuição e idade de aposentadoria na regra que cabia aos servidores públicos, como o percentual de contribuição, o teto da aposentadoria, a aposentadoria dos Poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário,

além do MPE). “Agora, o presidente remeteu aos Estados discutir em legislação própria, e não em uma PEC que é uma emenda Constituição Federal e qual a regra que vai valer em cada Estado. Então, muda tudo. Era para ser uma regra geral e íamos fazer só uma questão específica para o servidor público acompanhando a regra geral”, argumentou.

O tucano propõe novo estudo para sua administração. “Podemos fazer uma correlação com tempo e idade com a reforma da Previdência que virá”. Para garantir o equilíbrio, Azambuja não descarta cobrar dos servidores a mais para as-

segurar o benefício no fim da vida. “O Estado vai ter de, talvez, contribuir. Eu sou patronal. Talvez o servidor vai ter de contribuir um pouco mais”.

Ele sugeriu ainda limite estabelecido para garantir a Previdência almejada pelo servidor. “Vamos ter de criar o teto. Se você quer se aposentar acima do teto, vai ter de contribuir para uma previdência complementar para ter essa garantia lá no final, quando vai aposentar vai ter o financeiro, que é o risco que hoje os aposentados e pensionistas estão correndo”. **Mais detalhes sobre reforma da Previdência na página 4.**

Deficit da Previdência é de R\$ 1,150 bi para este ano

A preocupação com a questão previdenciária passa pelo deficit anual bilionário para pagar cerca de 29 mil aposentados e pensionistas de Mato Grosso do Sul, todos os anos. Em 2016, o valor do deficit chegou a R\$ 938 milhões, segundo o governador Reinaldo Azambuja. Já a diferença do que se recebe e o que é pago para esses beneficiários prevista para este ano é de R\$ 1,150 bilhão. Todo o recurso sai do caixa do Estado.

Para o governador, a reforma é essencial porque dinheiro para bancar o deficit bilionário da Previdência poderia ser usado em investimentos de obras.

“Hoje, o Tesouro ainda suportou esse deficit, não tivemos atraso. Mas se nada for feito para buscar essa equação de equilíbrio, o Tesouro não vai suportar essa diferença”, revelou Azambuja. A administração tem recebido muitos pedidos de aposentadoria nos últimos meses de pessoas com medo da perda do direito adquirido. “O Estado fez 40 anos agora. Estamos no limite do volume maior de aposentados e pensionistas.

“Se deixar como está, o deficit só vai aumentar. Daqui a 3, 4 ou 5 anos o deficit pode ir para R\$ 2 bilhões. Temos de estancar isso”, completou.

LIMITE DE GASTOS

Assembleia Legislativa aprova PEC do Teto

IZABELA JORNADA

Com voto contrário do dissidente deputado estadual Lídio Lopes (PEN) e da bancada de oposição do PT, a PEC do Teto de Gastos foi aprovada em primeira votação, ontem, na Assembleia Legislativa. Os 17 deputados restantes foram a favor da matéria do governo

que prevê o corte de gastos nos poderes.

Apesar das discussões encabeçadas pela oposição, a PEC teve um voto a mais do que o necessário para ser aprovada. Por se tratar de emenda à Constituição, a matéria precisava ter no mínimo 16 votos.

Apesar de ter sido aprovada a constitucionalidade, agora,

a apreciação do mérito é que trará mais discórdia. “Não concordo com a matéria porque ela defende dez anos de duração. É muito tempo. E se o País voltar a crescer como tem sinalizado? Vamos parar por dez anos com os investimentos”, discordou Lídio.

Contrário à matéria, o deputado estadual Pedro Kemp (PT)

manifestou ontem, em plenário, sua revolta. “A Assembleia vai perder o direito de discutir e votar orçamento por dez anos”, desabafou o petista.

O deputado Renato Câmara votou a favor da constitucionalidade da matéria e já sinalizou que é a favor do mérito também. “Temos poucas opções. Temos de confiar no que está sendo

passado pelo governador. Ele é quem sabe a realidade do Estado”, defendeu Câmara.

Para ser apreciada em segunda votação, a PEC precisa de Comissão Especial. “Vamos esperar a Comissão Especial ser formada e, depois da análise da Comissão, começamos a votar. Não tem pressa”, declarou Rinaldo anteriormente.

Por se tratar de emenda à Constituição, a Comissão Especial precisa cumprir um rito

de cinco sessões para depois apreciar a PEC em segunda votação em plenário pelos parlamentares do Legislativo.

PROJETO

A PEC do Limite de Gastos prevê revisão do governo em cinco anos e também pretende atingir os poderes Executivo, Judiciário, Defensoria Pública, Tribunal de Contas Estadual e Assembleia Legislativa.

CG Telhas
Produtos Siderúrgicos

Se adequando as necessidades dos nossos clientes

Garantia de 12 meses

Venha conferir nossas novas instalações

www.cgtelhas.com.br

- ✓ Perfis Estruturais
- ✓ Perfis para Serralheria
- ✓ Chapas para Calhas
- ✓ Corte e Dobra de chapas até 13 mm de espessura
- ✓ Tubos e Cantoneiras
- ✓ Acessórios para Serralheria

Especializada em telhas de Aço Galvalume

67 3047-6150 Campo Grande-MS

67 3424-3240 Dourados-MS

Av. Gury Marques, 3612 - Vila Cidade Morena (saída para Dourados 1000 mts após terminal Guaicurus)

PARA TODOS OS PÚBLICOS E TODAS AS RAÇAS

Faro Adulto
Carne Fígado e Vegetais

8 kg de R\$ 69,00
por R\$ 49,90

+ 1 real ganha um Butox

StarDog
Carne Filhote

7 kg de R\$ 50,00
por R\$ 35,00

+ 1 real ganha um Butox

Max Filhote
Cordeiro e Frango

20 kg de R\$ 170,00
por R\$ 139,00

+ 1 real ganha um Butox

Uma Scalibor por R\$ 69,90
Na compra de 2 paga só **R\$ 130,00**
E ganha um balde personalizado

Tel.: 67 3388-3396
99283-8237

Av. Guaicurus, 4354 - Colibri II